Bolsas
Na terça-feira
1,69% São Paulo
1,1% Nova York

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias
136.527 — 137.913
7/8 8/8 11/8 12/8

Dólar
Na terça-feira
R$ 5,387
(- 1,01%)

Últimos	
6/agosto	5,463
7/agosto	5,422
8/agosto	5,436
11/agosto	5,442

Salário mínimo
R$ 1.518

Euro
Comercial, venda na terça-feira
R$ 6,289

CDI
Ao ano
14,90%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
14,91%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Março/2025	0,56
Abril/2025	0,43
Maio/2025	0,26
junho/2025	0,24
Julho/2025	0,26

GUERRA COMERCIAL

Governo libera R$ 30 bi para exportadores

Segundo o presidente Lula, montante será destinado, prioritariamente, aos pequenos empresários atingidos pelo tarifaço

» RAPHAEL PATI
» VANILSON OLIVEIRA
» FERNANDA STRICKLAND

Antonio Cruz/Agência Brasil

O plano de contigência para salvar empresas exportadoras vai ser anunicado hoje, por Lula e o seu vice, Geraldo Alckmin, que conduz as negociações

O governo anuncia hoje, um pacote de medidas para apoiar exportadores prejudicados pelo tarifaço de 50% imposto pelos Estados Unidos a produtos como aço, alumínio, etanol e itens agrícolas. O anúncio será às 11h30, no Palácio do Planalto, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do vice, Geraldo Alckmin e de empresários.

O presidente adiantou que a medida provisória a ser assinada na cerimônia de hoje estabelece uma linha de crédito de R$ 30 bilhões para as pequenas empresas que exportam, majoritariamente, para os EUA e que seriam as mais afetadas com o tarifaço. Em entrevista ao programa *É da Coisa*, da rádio BandNews FM, Lula admitiu que pode considerar aumentar o valor do benefício, caso necessário.

"Eu acho (que a MP) que vai ser extremamente importante para que a gente possa mostrar que ninguém ficará desamparado por conta da taxação do presidente (dos EUA, Donald) Trump, de que nós vamos cuidar dos trabalhadores dessas empresas, vamos procurar achar outros mercados para as empresas brasileiras", disse.

Lula também disse que um dos objetivos do governo com a MP é garantir a preservação de empregos nesses setores. "Eu quero ajudar. Eu quero tentar ver todas as relações que a gente tem com todos os países, saber o que a gente compra, o que a gente vende, porque precisamos ajudar os empresários a abrirem novos mercados e também incentivar os empresários a brigar para os mercados", destacou o presidente.

Entre as medidas anunciadas hoje, está a alteração no Fundo de Garantia à Exportação (FGE), gerido pelo BNDES, para que, além de garantia, o fundo possa disponibilizar os recursos prometidos por Lula.

O chefe do Executivo ressaltou que o país ainda busca uma solução junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), para reduzir as taxas. Na última segunda-feira, o Brasil oficializou a consulta ao órgão internacional, o que representa o primeiro passo para uma possível abertura de julgamento dentro da organização. Apesar disso, Lula afirmou que o país não quer "fazer bravata". "Nós vamos medir as consequências para o povo brasileiro e para a relação com os Estados Unidos a cada momento que a gente tiver que tomar uma decisão", acrescentou.

Ainda durante a entrevista, o presidente garantiu que vai haver um programa de compras governamentais, por meio de recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento Social (BNDES), de itens que normalmente seriam exportados pelos EUA. Lula também disse que os americanos já começam a sentir os efeitos do tarifaço com os preços internos. "Eu acho que o povo tem que sentir o que vai acontecer na pele para saber como será a reação do povo americano com relação às taxações do presidente Trump", concluiu.

Negociações

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que participou, ontem, de audiência pública no Congresso Nacional, disse que o plano de contingência foi desenhado para reduzir o impacto econômico e social das sanções comerciais determinadas pelo presidente dos EUA.

Questionado sobre a possibilidade de retomar as negociações com o governo norte-americano para reverter ou suavizar as medidas tarifárias, Haddad afirmou que a iniciativa agora cabe aos Estados Unidos. "É com eles agora, né? Agora, a bola está com eles", declarou. Estava prevista para hoje, uma reunião entre Haddad e o secretário de Tesouro dos Estados Unidos, Scott Bessent. O encontro, que seria virtual, foi cancelada por Bessent. Até o momento, segundo ele, não há data definida para um novo encontro, embora o diálogo diplomático esteja mantido.

O tarifaço, anunciado em julho, surpreendeu parte do setor produtivo, que teme perda de competitividade e retração das exportações. Haddad disse que "o texto está 100% definido" e que as medidas foram calibradas após reuniões com representantes empresariais. "É um projeto que contempla as várias demandas do setor produtivo. Nós tivemos reuniões com os setores produtivos. E eu penso que, dentro dos limites estabelecidos, ele contempla particularmente os setores afetados pelo tarifaço", declarou.

A última reunião sobre o tema ocorreu no domingo (10), com Lula e ministros envolvidos na formulação do pacote. O trabalho vinha sendo conduzido havia mais de um mês, desde que a Casa Branca anunciou a elevação das tarifas. Embora cerca de 700 produtos brasileiros tenham sido retirados da lista antes da entrada em vigor, Washington manteve a taxação sobre itens estratégicos para a economia nacional.

Já o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, afirmou que a ideia é também redirecionar exportações para outros mercados. "Eu, por exemplo, fiz reuniões na semana passada com o embaixador da China, da Índia, onde estamos buscando identificar produtos que possamos exportar para a China, para a Índia, e que eram exportados para os Estados Unidos", disse o ministro à rádio Alvorada FM, que também criticou a postura norte-americana, afirmando que "eles acham que para desenvolver o país deles, a melhor estratégia é brigar com o mundo inteiro. Nós entendemos que a melhor estratégia é dialogar com o mundo inteiro".

Uma pesquisa nacional realizada pela Ipsos-Ipec entre 1º e 5 de agosto aponta que 75% dos brasileiros interpretam o tarifaço como uma decisão de cunho político, e não apenas comercial. A percepção é ainda maior entre pessoas de 45 a 59 anos (80%) e moradores do Nordeste e Sudeste (77%). Apenas 12% veem a medida como puramente comercial. O levantamento, que ouviu 2.000 pessoas, mostra que a visão política do ato é mais forte entre eleitores de Lula (79%) e entre quem votou em branco ou nulo em 2022 (79%). Entre bolsonaristas, o índice cai para 73%.

A medida também provocou desgaste na imagem dos Estados Unidos: antes do tarifaço, 48% avaliavam o país positivamente; agora, 38% afirmam que sua percepção piorou — percentual que chega a 52% entre lulistas e 26% entre apoiadores de Bolsonaro. O país está dividido sobre a resposta ao ato de Trump. O distanciamento comercial dos EUA conta com 46% de apoio e 47% de rejeição. Já a retaliação com tarifas equivalentes é aprovada por 49% e rejeitada por 43%, com maior apoio no Norte/Centro-Oeste (58%).

Há, no entanto, consenso em relação à diversificação de parcerias: 68% defendem priorizar acordos com mercados como China e União Europeia, índice que sobe para 77% entre pessoas com ensino superior e renda acima de cinco salários mínimos. Para Márcia Cavallari, diretora da Ipsos-Ipec, o resultado mostra que a questão extrapola o comércio exterior. "A pesquisa mostra a polarização nacional: as reações de distanciamento ou retaliação são um espelho quase perfeito da divisão política do segundo turno de 2022, indicando que a política externa se tornou mais um campo de batalha ideológico interno", avaliou.

Para EUA, Brasil caiu em direitos humanos

O governo dos Estados Unidos elencou, ontem, mais um argumento para justificar a guerra comercial imposta ao Brasil. Ontem, o Departamento de Estado publicou a edição de 2024 do relatório anual sobre direitos humanos em nível global. Neste documento, a Casa Branca considera que houve declínio na situação dos direitos humanos no Brasil, no ano passado.

A publicação ocorre em meio a tensões políticas e diplomáticas entre os dois países, sobretudo por conta da reação de Washington à atuação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), no caso que envolve as investigações sobre a participação do ex-presidente Jair Bolsonaro e aliados em uma suposta tentativa de golpe após as eleições de 2022.

No relatório, publicado ontem, o governo do presidente Donald Trump atribui o declínio dos direitos humanos no Brasil às decisões recentes de Moraes e de outros ministros do tribunal, sobretudo em relação à restrição a operações de redes sociais no país, como o bloqueio do X (ex-Twitter), em agosto do ano passado. "Essa repressão ampla bloqueou o acesso dos brasileiros a informações e pontos de vista sobre uma série de questões nacionais e globais", destaca a Casa Branca.

O texto também cita uma suposta falta de liberdade à imprensa no mesmo período, relatando censura a conteúdos de profissionais, inclusive nas próprias redes sociais. "Elementos criminosos não governamentais, às vezes, submeteram jornalistas a ameaças ou violência devido à reportagem dos jornalistas sobre suas atividades criminosas", acrescenta.

O governo Trump também incluiu nesse relatório as prisões de suspeitos por envolvimento nos ataques às sedes dos Três Poderes no dia 8 de janeiro de 2023. Na visão da Casa Branca, ocorreram detenções arbitrárias além de cerceamento à contestação destas ordens de prisão expedidas pelo STF. O documento ainda ressalta o período prolongado de prisões preventivas desde o ocorrido.

"A detenção provisória prolongada era um problema. A duração da detenção provisória frequentemente igualava ou excedia a pena máxima para o suposto crime, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Em 2023, aproximadamente um quarto da população carcerária estava aguardando julgamento, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública", pontuou, ainda, a Casa Branca.

O relatório ainda aborda sobre outros temas, como direitos trabalhistas, tortura por parte de agentes do governo e aumento de violência e casos de antissemitismo. Nas redes sociais, o deputado licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e autoexilado nos EUA, repostou uma notícia sobre o relatório e escreveu que o país estaria "cada vez mais sendo reconhecido internacionalmente como um violador de direitos humanos".

Sobre a questão da liberdade de expressão, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, disse que ainda quer pautar com o Congresso Nacional a regulamentação das redes sociais, citando a questão da pedofilia e adultização, levantada pelo youtuber Felca, em vídeo viral publicdado na semana passada. Lula também afirmou que espera ainda conversar com Trump a respeito das negociações comerciais.

"Eu espero que um dia eu possa sentar com o presidente Donald Trump e conversar como dois seres humanos civilizados, como dois chefes de Estado, como tem que ser a relação entre dois chefes de Estado. Eu tive sempre uma boa relação com todos os presidentes americanos. Não é da parte do Brasil que você tenha qualquer empecilho com os Estados Unidos", disse Lula. (**RP**)

» Brasil e China como referência

O líder chinês Xi Jinping, afirmou que deseja atuar junto com o Brasil para se tornar referência em unidade e autossuficiência entre as principais nações do Sul Global. Xi também expressou o objetivo de construir um mundo mais justo e um planeta mais sustentável. As declarações foram feitas diretamente ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em uma conversa telefônica, na segunda-feira, de acordo com a agência estatal chinesa Xinhua. O teor da mensagem foi confirmado pelo Planalto. A ligação, que durou cerca de uma hora, tratou sobre defesa do multilateralismo. Os dois concordaram sobre a importância do G20 e do BRICS.